

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

FERNANDO
GALVÃO

ATUALIZADA DE ACORDO
COM A LEI 13.964/19 –
PACOTE ANTICRIME

13^a
edição

2 0 2 0





Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2015, D'Plácido Editora.
Copyright © 2015, Fernando Galvão.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Tales Leon de Marco (Sobre pintura de <i>Marilyn Chartune</i>)
<i>Diagramação</i>	Bárbara Rodrigues Christiane Moraes de Oliveira Letícia Robini Tales Leon de Marco Nathalia Torres Enzo Zaqueu Prates

Catálogo na Publicação (CIP)

1166406

G182 Galvão, Fernando
Direito penal : parte geral / Fernando Galvão. - 13. ed. - Belo Horizonte, São Paulo:
D'Plácido, 2020.
1226 p.

ISBN 978-65-5059-085-7

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDDir: 341.5

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	15		
INTRODUÇÃO	17		
1. Direito Penal: definição	17	1.1.2. Teorias utilitárias	69
2. Teoria discursiva do Direito	17	1.1.2.1. Prevenção especial	73
2.1. Concepção tópica do raciocínio jurídico	18	1.1.2.2. Prevenção geral	75
2.2. A nova retórica	20	1.1.2.3. Correção do criminoso	78
2.3. A lógica informal	22	1.1.2.4. Prevenção de penas	79
2.4. A ação comunicativa e o discurso argumentativo	23	1.1.3. Teorias de defesa	80
2.4.1. A racionalidade comunicativa	25	1.1.3.1. Defesa indireta	81
2.4.2. A sociedade como o mundo da vida e como sistema	27	1.1.3.2. Defesa justa	82
2.4.3. O processo emancipatório	28	1.1.3.3. Defesa social	84
2.4.4. A argumentação jurídica como um caso especial	30	1.1.4. Teorias unitárias	87
2.4.5. Limites do discurso jurídico	32	1.1.5. Reforma das penas	89
2.5. Perspectiva discursiva do Direito Penal	34	1.2. Discurso deslegitimante	92
3. Direito Penal e seu compromisso por realizar justiça	36	1.2.1. Ideologia anarquista	95
3.1. Justiça social, de Kelsen	38	1.2.2. Perversidade do sistema repressivo	102
3.2. Justiça formal (igualdade), de Perelman	40	1.2.3. Abolicionismo radical	106
3.3. Justiça como correção, de Alexy	42	1.2.4. Abolicionismo moderado	108
3.4. Justiça como equidade, de Rawls	43	1.3. Controle da vingança privada	111
3.5. Justiça constitucional	47		
Capítulo 1		Capítulo 2	
LEGITIMIDADE DA PUNIÇÃO	55	MODELO CONSTITUCIONAL DE PUNIÇÃO	113
1.1. Discurso justificador	60	2.1. Das velocidades às dimensões do Direito Penal	115
1.1.1. Teorias retributivas	61	2.1.1. Dimensão liberal do Direito Penal	118
1.1.1.1. Retribuição divina	63	2.1.2. Dimensão igualitária do Direito Penal	120
1.1.1.2. Retribuição moral	65	2.1.3. Dimensão democrática (solidária) do Direito Penal	123
1.1.1.3. Retribuição jurídica	66	2.1.3.1. Direito penal para sociedades complexas	127
		2.1.3.2. Titularidade do jus puniendi	129
		2.1.3.3. Dignidade da pessoa humana e vedação à violência	130
		2.2. Princípios político-criminais do Estado Democrático	131

2.2.1. Princípio da humanidade.....	134	4.4.2. Sistema neoclássico.....	208
2.2.2. Princípio da reserva legal.....	137	4.4.3. Sistema finalista.....	211
2.2.3. Princípio da intervenção mínima e adequada.....	143	4.4.4. Sistema social.....	215
2.2.4. Princípios da fragmentariedade e subsidiariedade.....	144	4.4.5. Sistema funcionalista.....	221
2.2.5. Princípio da ofensividade.....	145	4.4.5.1. Funcionalismo moderado.....	222
2.2.6. Princípio da culpabilidade.....	146	4.4.5.1.1. Função de proteção ao bem jurídico.....	224
2.2.7. Individualização da pena.....	148	4.4.5.1.2. Conteúdo material do conceito de bem jurídico.....	225

Capítulo 3

LEI PENAL

151

3.1. Fontes do Direito Penal.....	151	4.4.5.1.2.1. Teorias subjetivas.....	228
3.1.1. Fontes formais.....	151	4.4.5.1.2.2. Teorias objetivas.....	230
3.1.2. Fontes materiais.....	155	4.4.5.1.2.3. Teorias mistas.....	231
3.2. Eficácia temporal da lei penal.....	159	4.4.5.1.2.4. Teoria do objeto de proteção.....	231
3.2.1. Tempo do crime.....	159	4.4.5.1.2.5. Teorias sociológico- funcionalistas.....	232
3.2.2. Retroatividade benéfica.....	160	4.4.5.1.2.6. Teoria procedimental.....	234
3.2.3. Ultratividade benéfica.....	161	4.4.5.2. Funcionalismo sistêmico (radical).....	235
3.2.4. Sucessão de leis nos crimes continuados e permanentes.....	162	4.4.5.2.1. Função de estabilização das expectativas sociais.....	236
3.2.5. Aplicação de lei intermediária e combinação de leis.....	162	4.4.5.2.2. Direito Penal do cidadão e Direito Penal do inimigo.....	237
3.2.6. Ultratividade das leis excepcionais e temporárias.....	164	4.4.5.3. Conformação sistêmica funcional.....	239
3.3. Eficácia espacial da lei penal.....	165	4.4.6. Sistema significativo.....	241
3.3.1. Lugar do crime.....	167	4.4.6.1. Giro linguístico e hermenêutico.....	242
3.3.2. Princípio da territorialidade.....	168	4.4.6.2. Pretensões de validade da norma penal.....	246
3.3.3. Extraterritorialidade.....	170	4.4.6.3. Conformação sistêmica significativa.....	248
3.4. Eficácia da lei penal quanto às pessoas.....	173	4.4.6.4. Influência do sistema significativo.....	252
3.4.1. Imunidade diplomática.....	173	4.4.7. Sistema adotado.....	253
3.4.2. Imunidade parlamentar.....	175	4.4.7.1. Caráter normativo.....	255
3.4.3. Imunidade judiciária.....	178	4.4.7.2. Caráter funcional.....	256
3.4.4. Imunidade prisional.....	180	4.4.7.3. Perspectiva significativa e procedimental.....	258
3.4.5. Imunidade penal de caráter social.....	181		
3.5. Conflito aparente de leis.....	182		
3.5.1. Princípio da especialidade.....	183		
3.5.2. Princípio da subsidiariedade.....	185		
3.5.3. Princípio da consunção.....	186		
3.5.4. Princípio da alternatividade.....	188		

Capítulo 4

EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRIME

191

4.1. Crime como ente jurídico.....	191	5.1. Tipo e tipicidade.....	261
4.2. Crime como ação humana.....	194	5.2. Funções do tipo.....	264
4.3. Conceito analítico do crime.....	198	5.2.1. Selecionar a matéria de proibição.....	264
4.4. Linhas básicas do trabalho analítico.....	202	5.2.2. Garantir a liberdade individual.....	265
4.4.1. Sistema causal-naturalista (clássico).....	204	5.2.3. Motivar os membros da sociedade.....	266
		5.2.4. Definir espécies de erro relevante.....	266
		5.3. Conteúdo normativo do tipo.....	267
		5.4. Estrutura do tipo.....	268
		5.4.1. Elementos estruturais.....	269
		5.4.1.1. Núcleo do tipo.....	269
		5.4.1.2. Sujeitos do crime.....	270
		5.4.1.3. Objetos do crime.....	273
		5.4.2. Elementos Objetivos.....	273

Capítulo 5

TIPO PENAL

INCRIMINADOR

261

5.1. Tipo e tipicidade.....	261
5.2. Funções do tipo.....	264
5.2.1. Selecionar a matéria de proibição.....	264
5.2.2. Garantir a liberdade individual.....	265
5.2.3. Motivar os membros da sociedade.....	266
5.2.4. Definir espécies de erro relevante.....	266
5.3. Conteúdo normativo do tipo.....	267
5.4. Estrutura do tipo.....	268
5.4.1. Elementos estruturais.....	269
5.4.1.1. Núcleo do tipo.....	269
5.4.1.2. Sujeitos do crime.....	270
5.4.1.3. Objetos do crime.....	273
5.4.2. Elementos Objetivos.....	273

5.4.2.1. Meramente descritivos	274	6.6.1.1.1.2. Nenhuma periculosidade social da conduta.....	356
5.4.2.2. Normativos.....	275	6.6.1.1.1.3. Reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.....	358
5.4.3. Elementos subjetivos	277	6.6.1.1.1.4. Inexpressividade da lesão jurídica provocada	359
5.4.3.1. Dolo.....	279	6.6.1.1.2. Insignificância e crimes complexos	359
5.4.3.2. Culpa.....	287	6.6.1.1.3. Insignificância e crime continuado.....	360
5.4.3.3. Preterdolo.....	296	6.6.1.1.4. Insignificância nos crimes tributários	361
5.5. Adequação típica.....	298	6.6.1.2. Princípio da posição de garantidor.....	364
5.5.1. Direta ou imediata.....	299	6.6.1.2.1. Da concepção naturalista à normativa de omissão	365
5.5.2. Mediata ou por extensão.....	299	6.6.1.2.2. Distinção entre ação e omissão.....	368
5.6. Adequação típica e erro de tipo.....	301	6.6.1.2.3. Omissão própria.....	369
5.6.1. Erro essencial e erro acidental.....	302	6.6.1.2.4. Omissão imprópria	370
5.6.2. Erro sobre elementos normativos do tipo.....	304	6.6.1.3. Princípio da tolerância social a situações de risco	375
5.6.3. Erro vencível e invencível	305	6.6.1.3.1. Criação do risco não permitido.....	377
5.6.4. Erro determinado por terceiro.....	306	6.6.1.4. Exclusão da imputação ante o risco permitido.....	382
5.7. Inadequação típica.....	307	6.6.1.4.1. Consentimento do ofendido e autocolocação em perigo.....	384
5.7.1. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	307	6.6.1.4.2. Princípio da confiança.....	389
5.7.1.1. Requisitos.....	308	6.6.1.5. Realização do risco não permitido.....	395
5.7.1.2. Responsabilização pelos atos já praticados.....	312	6.6.1.6. Situações particulares.....	398
5.7.2. Crime impossível.....	313	6.6.1.6.1. Autocolocação em perigo.....	398
5.7.2.1. Ineficácia absoluta do meio empregado.....	315	6.6.1.6.2. Cursos causais extraordinários.....	400
5.7.2.2. Improriedade absoluta do objeto.....	317	6.6.1.6.3. Ações perigosas de salvamento.....	400
5.7.2.3. Flagrante preparado e flagrante esperado.....	321	6.6.1.6.4. Interrupções de ações de salvamento.....	402
5.7.2.4. Crime impossível e crime putativo.....	322	6.6.1.6.5. Diminuições do risco.....	406
Capítulo 6		6.6.1.6.6. Aceleração do resultado.....	407
IMPUTAÇÃO OBJETIVA	325	6.6.1.6.7. Aparição tardia do resultado.....	408
6.1. Resultado natural e resultado jurídico.....	326	Capítulo 7	
6.2. Estrutura da imputação objetiva.....	329	ILICITUDE E CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO	411
6.2.1. Finalidade da conduta.....	332	7.1. Ilícitude da conduta punível.....	411
6.3. Âmbito de aplicação da imputação objetiva.....	334	7.2. Ilícitude e injusto.....	413
6.4. Causalidade e imputação objetiva.....	336	7.3. Ilícitude formal e material.....	413
6.5. Determinação da causalidade natural.....	338	7.4. Relação tipo-ilícitude.....	416
6.5.1. Teoria da equivalência dos antecedentes.....	339	7.5. Valoração do Injusto.....	419
6.5.2. Teoria da causalidade adequada.....	342	7.6. Fundamento da justificação.....	423
6.5.3. Concausalidade.....	344	7.7. Tipos permissivos.....	424
6.6. Critérios normativos de relevância.....	348	7.8. Elemento subjetivo.....	425
6.6.1. Princípio da adequação social.....	349	7.9. Causas de justificação.....	429
6.6.1.1. Princípio da insignificância.....	352		
6.6.1.1.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	354		
6.6.1.1.1.1. Mínima ofensividade da conduta do sujeito.....	355		

7.9.1. Estado de necessidade	431	8.7. Tipo de culpabilidade	500
7.9.1.1. Teoria diferenciadora	432	8.8. Culpa referida à finalidade comunicativa	502
7.9.1.2. Perigo atual	434	8.8.1. Metodologia	507
7.9.1.3. Salvamento de bem juridicamente protegido	437	8.8.2. Finalidade e crimes dolosos	508
7.9.1.4. Involuntariedade na produção do perigo	438	8.8.3. Finalidade e crimes culposos	509
7.9.1.5. Inevitabilidade do comportamento lesivo	440	8.9. Exculpação	513
7.9.1.6. Inexistência do dever de enfrentar o perigo	442	8.9.1. Inexigibilidade por incapacidade psíquica: inimputabilidade	513
7.9.1.7. Elemento subjetivo	443	8.9.1.1. Reconhecimento da incapacidade	517
7.9.1.8. Estado de necessidade no Direito Civil	444	8.9.1.2. Doença mental	518
7.9.2. Legítima defesa	444	8.9.1.3. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado	521
7.9.2.1. Agressão injusta	446	8.9.1.4. Perturbação da saúde mental	522
7.9.2.2. Agressão atual ou iminente	448	8.9.1.5. Psicopatia ou sociopatia	523
7.9.2.3. Agressão a bem juridicamente protegido	450	8.9.1.6. Embriaguez completa e teoria da actio libera in causa	524
7.9.2.4. Reação com meios necessários	451	8.9.1.7. Embriaguez incompleta	530
7.9.2.5. Uso moderado dos meios	452	8.9.1.8. Menoridade do sujeito	532
7.9.2.6. Intenção de defesa	453	8.9.1.9. Consequências da inimputabilidade	535
7.9.2.7. Defesa por agente de segurança pública	454	8.9.1.10. Semi-imputabilidade	537
7.9.3. Estrito cumprimento de dever legal	457	8.9.2. Inexigibilidade por incompreensão da ilicitude do fato	538
7.9.4. Exercício regular de direito	461	8.9.2.1. Erro de proibição	540
7.9.5. Causas supralegais de exclusão da ilicitude	463	8.9.2.2. Espécies de erro	541
7.9.5.1. Consentimento do ofendido	464	8.9.2.3. Evitabilidade do erro	545
7.10. Excesso nas justificativas	468	8.9.2.4. Desconhecimento da lei	550
7.11. Descriminantes putativas	470	8.9.2.5. Elemento subjetivo no erro	553
Capítulo 8		8.9.3. Inexigibilidade na colisão de deveres	554
CULPABILIDADE	477	8.9.4. Inexigibilidade por coação irresistível	556
8.1. Conceito	477	8.9.5. Inexigibilidade por obediência à ordem de superior hierárquico	558
8.2. Evolução da teoria	479	8.9.6. Inexigibilidade por estado de necessidade	562
8.2.1. Concepção psicológica	479	Capítulo 9	
8.2.2. Concepção psicológico-normativa	481	CONCURSO DE PESSOAS	563
8.2.3. Concepção normativa	483	9.1. Pluralidade de pessoas no fato punível	563
8.2.4. Concepção funcional	484	9.2. Teorias para a incriminação	564
8.3. Critério de reprovação: exigibilidade de conduta diversa	488	9.3. Requisitos	567
8.4. Reprovação conforme a racionalidade prática (cognitiva-instrumental)	491	9.4. Comunicabilidade de elementares típicas	570
8.4.1. Poder-de-agir-de-outro-modo	492	9.4.1. Circunstâncias e condições de caráter pessoal	572
8.5. Reprovação jurídica em ambiente de interação social complexa	494	9.4.2. Elementares do crime	573
8.6. Cocuspabilidade	497	9.4.3. Elementares objetivas	575
		9.4.4. Conhecimento pelos demais concorrentes	576

9.4.5. Síntese das regras da comunicabilidade.....	578	10.1.1.3. Regime aberto.....	637
9.5. Autoria e participação.....	578	10.1.1.4. Regime especial.....	640
9.5.1. Identificação do autor.....	580	10.1.1.5. Regime nas contravenções penais.....	641
9.5.2. Formas de autoria.....	584	10.1.1.6. Regime disciplinar diferenciado.....	643
9.5.2.1. Autoria direta ou imediata.....	584	10.1.1.7. Progressão de regime.....	648
9.5.2.2. Autoria indireta ou mediata.....	585	10.1.2. Direitos do preso.....	658
9.5.2.3. Autoria mediata no Código Penal brasileiro.....	588	10.1.3. Remição pelo trabalho ou pelo estudo.....	660
9.5.2.4. Formas de autoria mediata.....	589	10.1.4. Detração.....	665
a) Erro determinado por terceiro.....	589	10.1.5. Livramento condicional.....	670
b) Coação moral irresistível.....	591	10.1.5.1. Requisitos.....	671
c) Executor inimputável por menoridade, doença mental e embriaguez.....	592	10.1.5.2. Soma das penas.....	680
9.5.2.5. Autoria mediata nos crimes próprios e de mão própria.....	592	10.1.5.3. Período de prova.....	680
9.5.2.6. Autoria mediata em crime culposo.....	594	10.1.5.4. Especificação das condições.....	680
9.5.2.7. Autoria mediata em crime omissivo.....	595	10.1.5.5. Cerimônia do livramento condicional.....	681
9.5.3. Coautoria.....	596	10.1.5.6. Revogação do livramento.....	682
9.5.3.1. Coautoria sucessiva.....	597	10.1.5.7. Efeitos da revogação.....	683
9.5.3.2. Coautoria nos crimes próprios e de mão própria.....	599	10.1.5.8. Livramento de preso provisório.....	686
9.5.3.3. Coautoria em crime culposo.....	601	10.2. Penas restritivas de direitos.....	687
9.5.3.4. Coautoria em crime omissivo.....	603	10.2.1. Prestação pecuniária.....	690
9.5.3.5. Coautoria com pessoa jurídica.....	604	10.2.2. Prestação de outra natureza.....	693
9.5.4. Autoria colateral.....	607	10.2.3. Perda de bens e valores.....	694
9.5.5. Participação criminosa.....	607	10.2.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	695
9.5.5.1. Fundamento da punição.....	608	10.2.5. Interdição temporária de direitos.....	699
9.5.5.2. Acessoriedade da participação.....	610	10.2.6. Limitação de fim de semana.....	704
9.5.6. Formas de participação.....	613	10.2.7. Comparecimento a determinados lugares em dias de jogos esportivos.....	705
9.5.6.1. Cumplicidade.....	614	10.3. Multa.....	706
9.5.6.2. Determinação.....	615	10.3.1. Destinação da multa.....	708
9.5.6.3. Instigação.....	616	10.3.2. Execução da pena de multa.....	710
9.5.6.4. Participação de menor importância.....	617	Capítulo 11	
9.5.7. Participação em crimes próprios e de mão própria.....	618	AÇÃO PENAL	711
9.5.8. Participação em crime culposo.....	618	11.1. Conceito e natureza jurídica.....	711
9.5.9. Participação em crime omissivo.....	619	11.2. Condições da ação.....	715
9.6. Intervenção impunível.....	620	11.2.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	716
9.7. Cooperação dolosamente distinta.....	621	11.2.2. Legitimidade da parte.....	718
9.8. Concurso de pessoas no contexto societário.....	627	11.2.3. Interesse de agir.....	719
Capítulo 10		11.2.4. Justa causa.....	720
PENAS EM ESPÉCIE	629	11.2.5. Punibilidade concreta.....	722
10.1. Penas privativas de liberdade.....	629	11.3. Classificação das ações penais.....	722
10.1.1. Regimes prisionais.....	631	11.3.1. Quanto à tutela jurisdicional invocada.....	723
10.1.1.1. Regime fechado.....	634	11.3.2. Quanto à titularidade do exercício.....	724
10.1.1.2. Regime semiaberto.....	635	11.4. A ação penal no crime complexo.....	727
		11.5. Irretratabilidade da representação.....	727

11.6. Renúncia expressa ou tácita ao direito de queixa.....	728
11.7. Ação penal na aplicação imediata de pena.....	729

Capítulo 12

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA **731**

12.1. Pena privativa de liberdade.....	732
12.1.1. Medida da culpabilidade.....	735
12.1.2. Circunstâncias judiciais.....	742
12.1.3. Circunstâncias atenuantes e agravantes.....	745
12.1.4. Concurso de atenuantes e agravantes.....	748
12.1.5. Causas de diminuição e de aumento.....	752
12.1.6. Concurso de causas de diminuição e/ou aumento.....	753
12.1.6.1. Métodos para a incidência das causas.....	755
12.1.7. Definição do regime inicial.....	758
12.1.8. Limite para a execução das penas.....	762
12.1.9. Concurso de penas.....	766
12.2. Pena de multa.....	768
12.2.1. Sistema de dias-multa.....	768
12.2.2. Valor da multa.....	770
12.2.3. Vinculação ao salário mínimo.....	772
12.2.4. Correção monetária.....	773
12.2.5. Multa substitutiva.....	774
12.2.6. Conversão em privativa de liberdade.....	780
12.3. Restritiva de direitos.....	781
12.3.1. Requisitos para a substituição.....	782
12.3.2. Substituição de pena igual ou superior a um ano.....	786
12.3.3. Substituição em condenação por crime hediondo ou por tráfico de drogas.....	786
12.3.4. Substituição depois de iniciada a execução da privação da liberdade.....	787
12.3.5. Duração da pena.....	791
12.3.6. Conversão em privativa de liberdade.....	793
12.3.6.1. Causas gerais.....	794
12.3.6.2. Causas específicas.....	798
12.3.6.3. Saldo de trinta dias de privação da liberdade.....	800
12.4. Aplicação imediata de pena.....	801
12.4.1. Infrações de menor potencial ofensivo.....	804

12.4.2. Impossibilidade de aplicação.....	804
12.4.3. Legitimidade para a proposta.....	807
12.4.4. Especificação da pena.....	809
12.4.5. Apreciação do juiz e redução da pena de multa.....	811
12.4.6. Descumprimento da transação penal e a súmula vinculante nº 35 do STF.....	813
12.4.6.1. Transação e devido processo legal.....	814
12.4.6.1.1. Devido processo legal consensual.....	816
12.4.6.1.2. Necessidade de rever antigas lições processuais.....	818
12.4.6.2. Lastro probatório para acusar.....	819
12.4.6.3. Natureza condenatória da decisão que homologa a transação penal.....	821
12.4.6.4. Inexistência de período de prova.....	822
12.4.6.5. Defesa na retomada da persecução e segurança jurídica.....	823
12.4.6.6. Coerência do sistema repressivo.....	824
12.4.6.7. Solução legal.....	826

Capítulo 13

CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS **829**

13.1. Culpabilidade.....	832
13.2. Antecedentes.....	835
13.3. Conduta social.....	838
13.4. Personalidade.....	839
13.5. Motivos.....	841
13.6. Circunstâncias do crime.....	843
13.7. Consequências do crime.....	844
13.8. Comportamento da vítima.....	845

Capítulo 14

CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS AGRAVANTES **847**

14.1. Reincidência.....	850
14.2. Motivo fútil ou torpe.....	852
14.3. Finalidade de facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime.....	856
14.4. Traição, emboscada, dissimulação ou outros recursos que dificultem ou tornem impossível a defesa do ofendido.....	857

14.5. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou que possa resultar perigo comum.....	859	16.3. Erro de proibição evitável.....	920
14.6. Vítima ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	860	16.4. Exigibilidade de sacrifício no fato necessário.....	922
14.7. Abuso de autoridade, relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade e violência contra a mulher.....	861	16.5. Semi-imputabilidade.....	924
14.8. Abuso de poder e violações dos deveres inerentes a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	865	16.6. Embriaguez incompleta.....	926
14.9. Vítima criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	867	16.7. Participação de menor importância.....	930
14.10. Vítima sob imediata proteção da autoridade.....	871	16.8. Causas de diminuição previstas na parte especial.....	933
14.11. Incêndio, naufrágio, inundação e outras calamidades públicas e desgraça particular do ofendido.....	872		
14.12. Embriaguez preordenada.....	873		
14.13. Concurso de pessoas.....	878		

Capítulo 15

CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS ATENUANTES 883

15.1. Menoridade ou senilidade do condenado.....	885
15.2. Desconhecimento da lei.....	887
15.3. Motivo de relevante valor social ou moral.....	888
15.4. Tentativa de evitar ou minorar as consequências do crime e reparação do dano.....	891
15.5. Coação resistível e cumprimento de ordem de autoridade superior.....	893
15.6. Influência de violenta emoção.....	895
15.7. Confissão de autoria.....	896
15.8. Influência de multidão em tumulto.....	898
15.9. Atenuante inominada.....	899

Capítulo 16

CAUSAS DE DIMINUIÇÃO 901

16.1. Tentativa.....	901
16.1.1. Possibilidade da tentativa.....	903
16.1.2. Início da execução.....	907
16.1.3. Término da tentativa.....	911
16.1.4. Tentativa nos crimes omissivos.....	913
16.1.5. Redução de pena.....	917
16.2. Arrependimento posterior.....	919

Capítulo 17

CAUSAS DE AUMENTO 937

17.1. Previsibilidade do resultado mais grave.....	938
17.2. Situação econômica do condenado e pena de multa.....	940
17.3. Concurso formal.....	941
17.4. Crime continuado.....	946
17.5. Aberratio ictus.....	949
17.6. Aberratio delicti.....	954
17.7. Causas de aumento previstas na parte especial.....	957

Capítulo 18

EFEITOS DA CONDENAÇÃO 961

18.1. Efeitos genéricos.....	964
18.1.1. Reparação civil ex delicto.....	964
18.1.2. Confisco.....	965
18.1.3. Suspensão dos direitos políticos.....	975
18.1.4. Suspensão do exercício do poder familiar.....	981
18.2. Efeitos específicos.....	984
18.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	985
18.2.1.1. Perda do cargo de militares.....	990
18.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela.....	994
18.2.3. Inabilitação para dirigir veículo.....	997
18.3. Impossibilidade de administrar sociedade civil simples.....	999
18.4. Reabilitação.....	1001
18.4.1. Requisitos.....	1003
18.4.2. Efeitos.....	1006
18.4.3. Reexame necessário.....	1009
18.4.4. Revogação.....	1010

Capítulo 19

MEDIDAS DE SEGURANÇA 1013

19.1. Requisitos.....	1017
-----------------------	------

19.2. Espécies.....	1017	21.6.4. Prazo decadencial.....	1059
19.2.1. Internação hospitalar.....	1017	21.6.5. Titularidade do direito potestativo.....	1062
19.2.2. Tratamento ambulatorial.....	1019	21.7. Perempção.....	1062
19.3. Substituição da pena por medida de segurança.....	1021	21.8. Renúncia ao direito de queixa.....	1064
19.4. Duração.....	1023	21.9. Perdão aceito.....	1064
19.5. Cessaçao da periculosidade.....	1025	21.10. Retratação do sujeito.....	1067
19.6. Aplicação imediata de medida de segurança.....	1025	21.11. Perdão judicial.....	1069
19.7. Impossibilidade de aplicação.....	1028	21.11.1. Natureza jurídica.....	1070

Capítulo 20

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA 1031

20.1. Conceito e natureza jurídica.....	1031	21.12. Outras causas extintivas da responsabilidade.....	1079
20.2. Requisitos.....	1033	21.12.1. Cumprimento do período de prova do sursis.....	1080
20.3. Espécies.....	1034	21.12.2. Reparação dos danos no peculato culposo.....	1080
20.4. Audiência admonitória.....	1035	21.12.3. Pagamento de tributos e contribuições previdenciárias devidas.....	1081
20.5. Condições sursitárias.....	1036	21.12.4. Cumprimento do prazo da suspensão condicional do processo.....	1083
20.6. Período de prova.....	1037	21.12.5. Cumprimento do livramento condicional.....	1084
20.7. Revogação.....	1037		
20.8. Efeitos da revogação.....	1038		
20.9. Prorrogação automática do período de prova.....	1039		
20.10. Cumprimento das condições.....	1040		

Capítulo 21

EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE 1041

21.1. Noções gerais.....	1041	22.1. Natureza jurídica.....	1088
21.1.1. Questão prejudicial de mérito.....	1043	22.2. Fundamento.....	1089
21.1.2. Alcance das causas extintivas da responsabilidade.....	1043	22.3. Crimes imprescritíveis.....	1092
21.1.3. Condições objetivas de responsabilidade.....	1045	22.4. Espécies.....	1094
21.1.4. Escusas absolutórias ou imunidades penais.....	1047	22.5. Efeitos.....	1095
21.2. Morte do sujeito.....	1049	22.6. Prazos prescricionais.....	1096
21.3. Anistia, graça e indulto.....	1050	22.6.1. Aumento do prazo pela reincidência.....	1098
21.3.1. Anistia.....	1050	22.6.2. Diminuição do prazo em face da idade do criminoso.....	1098
21.3.2. Graça.....	1053	22.6.3. Concorrência de causas que alteram o prazo prescricional.....	1099
21.3.3. Indulto.....	1053	22.7. Contagem do prazo.....	1100
21.4. Abolitio criminis.....	1054	22.8. Termo inicial.....	1101
21.5. Prescrição.....	1055	22.9. Causas suspensivas.....	1109
21.6. Decadência.....	1055	22.10. Causas interruptivas.....	1119
21.6.1. Natureza jurídica.....	1055		
21.6.2. Direito de representação.....	1056		
21.6.3. Direito de queixa.....	1058		

Capítulo 22

EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELA PRESCRIÇÃO 1087

22.11. Prescrição intercorrente ou superveniente.....	1129
22.12. Prescrição retroativa.....	1131
22.13. Prescrição pela pena em perspectiva.....	1134
22.14. Prescrição das penas restritivas de direito.....	1136
22.15. Prescrição da multa.....	1137
22.16. Prescrição no concurso de crimes.....	1139
22.17. Prescrição nos casos de detração.....	1140

Capítulo 23

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE 1143

Classificação doutrinária.....	1143
23.1. Quanto à gravidade objetiva do crime.....	1145
23.1.1. Crime de pequeno potencial ofensivo.....	1145
23.1.2. Crime de maior potencial ofensivo.....	1146
23.1.3. Aplicação prática.....	1147
23.2. Quanto ao sujeito ativo.....	1148
23.2.1. Crime comum.....	1148
23.2.2. Crime próprio.....	1148
23.2.3. Aplicação prática.....	1149
23.3. Quanto à forma de execução.....	1149
23.3.1. Crime comissivo.....	1149
23.3.2. Crime omissivo próprio.....	1149
23.3.3. Crime omissivo impróprio.....	1150
23.3.4. Crime unissubsistente.....	1151
23.3.5. Crime plurissubsistente.....	1152
23.3.6. Crime de Mão Própria.....	1152
23.3.7. Aplicação prática.....	1153
23.4. Quanto ao momento consumativo.....	1154
23.4.1. Crime material.....	1154
23.4.2. Crime formal.....	1156
23.4.3. Crime de mera conduta.....	1157
23.4.4. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado.....	1158
23.4.5. Crime habitual.....	1160
23.4.6. Crime Instantâneo.....	1161
23.4.7. Crime permanente.....	1162

23.4.8. Crime progressivo e progressão criminosa.....	1163
23.4.9. Aplicação prática.....	1164
23.5. Quanto ao resultado naturalístico.....	1164
23.5.1. Crime de dano.....	1165
23.5.2. Crime de perigo concreto.....	1166
23.5.3. Crime de perigo abstrato.....	1167
23.5.4. Crime de bagatela.....	1168
23.5.5. Aplicação prática.....	1169
23.6. Quanto ao concurso de pessoas.....	1170
23.6.1. Crime de concurso facultativo.....	1170
23.6.2. Crime de concurso necessário.....	1171
23.6.3. Aplicação prática.....	1171
23.7. Quanto à concepção do tipo.....	1172
23.7.1. Tipo simples e tipo derivado (qualificado, privilegiado e complexo).....	1172
23.7.2. Tipo fechado e tipo aberto.....	1174
23.7.3. Tipo congruente e tipo incongruente.....	1176
23.7.4. Aplicação prática.....	1178
23.8. Quanto à especialidade da justiça que o julga.....	1178
23.8.1. Crime comum.....	1181
23.8.2. Crime especial.....	1182
23.8.2.1. Crimes militares.....	1182
23.8.2.1.1. Os novos crimes militares introduzidos pela Lei 13.491/17.....	1185
23.8.2.1.2. Crimes propriamente militares e crimes imprópriamente militares.....	1186
23.8.2.1.3. Impossibilidade constitucional de caracterização do crime militar.....	1188
23.8.2.1.4. Crimes entre militares estaduais e federais.....	1190
23.8.2.1.5. Tutela da hierarquia e da disciplina.....	1192
23.8.3. Aplicação prática.....	1193

ÍNDICE ALFABÉTICO 1195

REFERÊNCIAS 1203